

PROGRAMA TITULA BRASIL
PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ACT
ENTRE O INCRA E A PREFEITURA DE RIO BRANCO.
(SEM REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO)

1 DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional do Acre.

CNPJ: 00.375.972/0017-28

Endereço: Rua Santa Inês, 135, Bairro Aviário, CEP: 69.907-330

Cidade: Rio Branco, Estado: Acre, DDD/Fone: (68) 3214-3013

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: Sergio Antônio Pereira Bayum

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED], Órgão expedidor: SSP/AC

Cargo/função: Superintendente Regional

Endereço: [REDACTED], Bairro Bosque, CEP: 69.900-520

Cidade: Rio Branco, Estado: Acre

PARTÍCIPE 2:

Prefeitura Municipal de Rio Branco

CNPJ: 04.034.583/0001-22

Endereço: Rua Rio Barbosa, nº. 285, Centro

Cidade: Rio Branco Estado: Acre, CEP: 69.900-901

DDD/Fone: (68) 3212-7039

Esfera Administrativa: Municipal

Nome do responsável: Sebastião Bocalom Rodrigues

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED], Órgão expedidor: SSP/PR

Cargo/função: Prefeito

Endereço: [REDACTED] Cidade: Rio Branco, Estado: Acre

CEP: 69.918-248

Coordenador do NMRF: Francisco Laerte Soares da Silva, CPF: [REDACTED], Formação: Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Coordenador substituto do NMRF: Alex Salvany Felinto, CPF: [REDACTED] Formação: Engenheiro Agrônomo, CREA/CFTA: [REDACTED]

2 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: PROGRAMA TITULA BRASIL

PROCESSO nº. 54000.040778/2021-13

Data da assinatura: 22/10/2021

Início (mês/ano): 01/11/2021

Término (mês/ano): 21/10/2026

O presente Plano de Trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização

fundiária sob domínio da União ou do Incra para a promoção e execução das políticas públicas de regularização fundiária e reforma agrária.

3 DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

No âmbito da regularização fundiária, o território brasileiro tem uma quantidade significativa de posses rurais passíveis de regularização nos termos da Lei 11.952, de 2009.

A ausência de regularização fundiária provoca insegurança jurídica aos ocupantes desses imóveis e inviabiliza o acesso às políticas públicas de crédito e de assistência técnica direcionadas ao produtor rural.

Conforme "Plano de Ação, para Regularização Fundiária dos imóveis georreferenciados e localizados em glebas aptas na Amazônia Legal - DF/DFR/2020" (SEI Incra 6533059 do Processo 54000.057961/2020-77), existem 109.153 imóveis rurais georreferenciados que aguardam a conclusão dos seus processos de regularização. Além destes, há estimativa de cerca de 160 mil ocupações rurais em glebas federais na Amazônia Legal sem georreferenciamento e cuja imensa maioria dos ocupantes sequer foram identificados pela Autarquia, o que demandará atuação ativa do Incra e parceiros para identificá-los e regularizá-los.

Situação semelhante ocorre em relação aos imóveis localizados nas áreas remanescentes de projetos de colonização nas demais regiões do País. Estima-se que existam cerca de 30 mil parcelas em situação irregular a serem tituladas e cerca de 150 mil parcelas tituladas que demandam análise quanto ao cumprimento das condições contratuais dos títulos.

Uma segunda demanda é caracterizada pela falta de titulação nos projetos de assentamentos rurais do Incra, conforme determina o art. 18 da Lei 8.629, de 1993. Muitos agricultores provenientes Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o Contrato de Concessão de Uso - CCU, muito menos o Título de Domínio de sua parcela, o que também traz como consequência insegurança jurídica e dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento e financiamento de atividades produtivas, sem contar os impactos quanto a direitos sucessórios.

Dos 7.656 Projetos de Assentamentos estabelecidos pelo Incra, existem, atualmente, 400 mil assentados sem Contrato de Concessão de Uso - CCU, 600 mil beneficiários potenciais recebedores do Título de Domínio, mais de 250 mil assentados bloqueados em função de diligências oriundas de Acórdãos do TCU e ocupações de parcelas em projetos de assentamento não autorizadas pelo Incra, entre outras demandas que necessitam de tratamento.

Tais questões impactam na qualidade de vida das famílias beneficiárias dos Programas do Incra, dificultam o acesso às políticas públicas de apoio e a mercados, repercutem no desenvolvimento da economia local, favorecem a ocorrência de crimes ambientais e de violência no campo e aumentam a probabilidade de evasão dos agricultores das glebas e dos projetos de assentamento.

Assim, o Incra, cuja a missão principal é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se valer de estratégias e medidas que possam ampliar a sua capacidade operacional no cumprimento de sua missão.

O Acre possui 158 projetos de reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, que ocupam uma área aproximada de 6 milhões de hectares, o que equivale a 1/3 do território do Estado e tem capacidade para abrigar cerca de 34.000 famílias, o que representa aproximadamente 70% dos agricultores familiares do Estado.

No Município de Rio Branco há 17 (dezessete) Projetos de Assentamento, sendo 10 (dez) criados e 07 (sete) reconhecidos pelo INCRA, que possuem capacidade de assentamento de aproximadamente 2.600 famílias.

Nesse sentido, firmar parcerias com a Prefeitura Municipal, por meio de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, demonstra ser um instrumento viável de apoio à Instituição, uma vez que o ACT propiciará que os entes parceiros unam esforços e realizem ações em conjunto, visando contemplar os beneficiários da reforma agrária e os ocupantes de áreas federais passíveis de serem atendidos com regularização fundiária e titulação.

Diante do exposto, a partir de tais iniciativas, espera-se melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias das políticas públicas executadas Incra, por meio da regularização e titulação da terra que ocupa, entre outras ações elencadas neste Plano de Trabalho.

4 ABRANGÊNCIA

O Plano de Trabalho tem em sua abrangência no Município de Rio Branco, em especial nas áreas dos projetos de reforma agrária e terras públicas federais sob domínio da União ou do Incra, discriminadas nas Tabelas 1 e 2. Terá como público-alvo os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e os ocupantes de terras públicas federais, das áreas abaixo discriminadas e contemplará a prestação de serviços públicos de regularização fundiária e de titulação no município, entre outras ações previstas neste Plano de Trabalho.

Tabela 1. Projetos de Assentamento contemplados com regularização e titulação, entre outras ações.

Projeto de Assentamento	Código Sipra	Área (ha)	Cap. famílias	Famílias tituladas
PA FIGUEIRA	AC0011000	25.258,1364	354	316
PA VISTA ALEGRE	AC0012000	947,1034	35	32
PA CARÃO	AC0023000	11.172,8303	270	247
PA BENFICA	AC0027000	5127,0000	436	336
PA COLIBRI	AC0030000	1.356,0000	48	32
PA BAIXA VERDE	AC0031000	4.807,8832	166	100
PA BOA ÁGUA	AC0046000	4.122,8222	150	143
PA GAL. MORENO MAIA	AC0049000	20.604,9758	496	407
PCA CASULO HÉLIO PIMENTA	AC0055000	138,4742	34	-
PCA CASULO GERALDO FLEMING	AC0067000	299,9500	60	-
PE POLO AGROF. WILSON PINHEIRO	AC0081000	300,4687	40	-

PCA CASULO GE- RALDO MESQUITA	AC0093000	213,2400	54	-
PA BARRO ALTO	AC0148000	6.018,6895	165	-
PA NOVA BAIXA VERDE	AC0147000	4.950,7700	250	-
RESEX RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	AC0095000	22.311,9540	50	-
TOTAL	-	107.630,2977	2.608	1.613

Tabela 2. Terras públicas federais contempladas com as ações de regularização e titulação

Terras Públicas Federais	Área estimada	Estimativa do nº de famílias atendidas
Gleba Santo Antônio	9.564,9789 ha	De acordo com os estudos
PA Benfica (área urbana)	345,0000 ha	3.000
TOTAL	9.909,9789 ha	De acordo com os estudos

5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

5.1 Objetivo Geral

Ampliar a regularização e a titulação nos projetos de reforma agrária do Incra e/ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária, sob domínio da União ou do Incra.

5.2 Objetivos Específicos

Expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação;

Agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação;

Reduzir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise;

Auxiliar na supervisão de beneficiários e ocupantes em projetos de assentamento;

Apoiar a identificação de vazios fundiários, levantamento de ocupantes e arrecadação de terras públicas federais;

Auxiliar na aplicação de crédito instalação;

Desenvolver outras ações relacionadas à Reforma Agrária e à Governança Fundiária; e, fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os municípios.

6 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A metodologia está vinculada ao Manual de Planejamento, Procedimentos e Fiscalização inerente à execução dos trabalhos dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF que foram regulamentados pela Instrução Normativa nº 105, de 29 de janeiro de 2021, bem como aos regramentos específicos para as demais ações a serem desenvolvidas, atendendo, desta forma, toda legislação aplicável às ações contempladas neste Plano de Trabalho.



7 UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Por parte do INCRA, a unidade responsável será a Superintendência Regional do Acre, tendo como gestor o Superintendente Regional, supra identificado, por meio da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, da Divisão de Governança Fundiária Divisão Operacional e da Procuradoria Federal Especializada – PFE.

Por parte da Prefeitura, o gestor será o Prefeito, representado, sempre que possível, pelo coordenador ou pelo coordenador substituto do NMRF, todos acima identificados, para execução das ações previstas neste Plano de Trabalho, envolvendo e delegando as atividades com às Secretarias Municipais e seus respectivos servidores designados para demanda, relacionadas às atribuições finalísticas de cada órgão: Secretaria Municipal de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico – SAFRA; Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA; Secretaria de Meio Ambiente – SEMEIA, com os critérios e responsabilidades de abrangência dos órgãos citados, para a fase executiva deste Plano de Trabalho, conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3. Secretárias responsáveis pela execução das principais atividades previstas no Plano de Trabalho de acordo com os Projetos de Assentamento.

Projeto de Assentamento	Responsabilidade delegada
PA FIGUEIRA	SEMEIA / SEINFRA
PA VISTA ALEGRE	SEMEIA / SEINFRA
PA CARÃO	SEMEIA / SEINFRA
PA BENFICA	SEMEIA / SEINFRA
PA COLIBRI	SEMEIA / SEINFRA
PA BAIXA VERDE	SEMEIA / SEINFRA
PA BOA ÁGUA	SEMEIA / SEINFRA
PA GAL. MORENO MAIA	SEMEIA / SEINFRA
PCA CASULO HÉLIO PIMENTA	SAFRA
PCA CASULO GERALDO FLEMING	SAFRA
PE POLO AGROF. WILSON PINHEIRO	SAFRA
PCA CASULO GERALDO MESQUITA	SAFRA
PA BARRO ALTO	SAFRA
PA NOVA BAIXA VERDE	SAFRA
RESEX RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	SEMEIA / SEINFRA

8 RESULTADOS ESPERADOS

Por meios das ações a serem executadas espera-se atuar em conjunto dentro e fora de projetos de assentamentos, com ações direcionadas à regularização e à titulação, bem como o atendimento de demandas dos interessados, como certidões, declarações, etc., entre outras demandas relacionadas à Reforma Agrária e à Governança Fundiária, visando atender aos objetivos do presente ACT. Os principais resultados esperados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Resultados esperados mediante à realização das ações planejadas no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Incra e a Prefeitura.

Eixo		Ação	Resultado esperado
1	Regularização fundiária e titulação das áreas rurais sob domínio da União ou do Incra	Apoio às ações nas Terras Públicas Federais	Diagnóstico, arrecadação, levantamento ocupacional e destinação
		Apoio às ações nas Terras Públicas Federais	Apoio ao levantamento ocupacional, às ações de destinação e seus futuros desdobramentos
		Estudo dos “vazios fundiários” ou terras devolutas	Identificação de terras devolutas e de seus ocupantes, visando arrecadação, regularização, titulação e destinação de Terras Públicas Federais.
3	Regularização fundiária e titulação em Projetos de Assentamento	Supervisão ocupacional em PA	200 parcelas supervisionadas
		Regularização de ocupantes em PA	50 parcelas regularizadas
		Atualização cadastral de Beneficiários em PA	50 beneficiários regularizados
		Apoio à realização de Georreferenciamento em PA	Georreferenciamento realizado
		Titulação de Beneficiários em PA	30 títulos expedidos e entregues (25 CCU's e 05 TD's)
4	Outras ações relacionadas à reforma agrária e à governança fundiária	Atividades relacionadas à temática ambiental, tais como encontros, palestras, oficinas, etc.	Discussão, orientação e conscientização relacionado à temática, visando redução de desmatamentos e de queimadas, conservação da fauna e da flora, recuperação e valorização de ativos ambientais
		Atualização/elaboração de Planos de Uso para adesão ao PRA	Planos de Uso atualizados/elaborados
		Cadastramento residual no CAR de beneficiários aptos que ainda não o realizaram	Encaminhamentos para adesão ao PRA junto a SEMA e Cadastros no CAR realizados
		Aplicação de crédito instalação	Famílias contempladas com aplicação do crédito instalação, visando à construção de moradias e o fortalecimento da produção, contribuindo para melhoria da qualidade de vida das famílias.
		Ações voltadas à redução do uso do fogo; distribuição de mudas florestais e frutíferas; utilização correta do uso de agrotóxicos; agricultura orgânica; horticultura; e piscicultura.	Uso do fogo reduzido, ampliação de plantio de mudas florestais e frutíferas, redução do uso inadequado de agrotóxicos, ampliação da agricultura orgânica, da horticultura e piscicultura.

9 PLANO DE AÇÃO

O planejamento das ações e atividades necessárias ao atingimento dos resultados esperados neste Plano de Trabalho, parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, é apresentado na Tabela 5. As ações estão subdivididas em eixos, seguindo uma sequência lógica para sua execução, incluindo a indicação dos principais responsáveis pela execução das tarefas por parte da Prefeitura, bem como os servidores referências disponíveis para orientação por parte do Incra. Para a execução das ações e atividades previstas neste Plano de Trabalho, os partícipes poderão ceder ou disponibilizar um para o outro, sempre que possível, materiais de escritório, equipamentos, computadores, veículos, barcos, entre outros itens necessários à plena execução das atividades.

Tabela 5. Planejamento das ações e das atividades necessárias ao atingimento dos resultados esperados no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Incra e a Prefeitura.

Eixos	Ação	Servidores referência para orientação por parte do INCRA	Servidores responsáveis pela execução das ações por parte da Prefeitura	Início	Término
1	Ações comuns ao NMRF	Estruturação do NMRF	-	01/11/21	31/12/21
		Planejamento geral do NMRF	-	01/11/21	30/11/21
		Atendimento do NMRF	-	01/11/21	21/10/26
		Capacitação para supervisão ocupacional, regularização e titulação em projetos de assentamento	Marcio Rodrigo Alecio Hildebrando Veras de Menezes Sobrinho Jerônimo Diego Stahlhofer	01/11/21	31/12/21
		Capacitação para identificação de terras devolutas e seus ocupantes, arrecadação, regularização, titulação e destinação de terras públicas federais	Elson Chaves Vieira Pedro Gomes de Oliveira Junior	01/11/21	30/11/21

2	Regularização fundiária e titulação das áreas rurais sob domínio da União ou do Incra	Apoio às ações de diagnóstico, arrecadação, levantamento ocupacional, regularização, titulação e destinação das Terras Públicas Federais	Elson Chaves Vieira Pedro Gomes de Oliveira Junior	Francisco Laerte Soares da Silva Alex Salvany Felinto Pedro Cláudio do Nascimento Neto	01/11/21	21/10/26
		Georreferenciamento de ocupações, conforme previsto em norma específica			01/03/22	21/10/26
		Coletar e processamento de requerimentos e de documentos cartorários			01/03/22	21/10/26
		Cadastro no sistema SIGEF Titulação			01/03/22	21/10/26
		Pesquisas em sistemas			01/03/22	21/10/26
		Pesquisa e inclusão da parcela no SNCR, entre outras ações.			01/03/22	21/10/26
		Instalação da Unidade Municipal de Cadastro – UMC			01/12/21	21/10/26
3	Regularização fundiária e titulação em Projetos de Assentamento	Supervisão ocupacional em PA, visando regularização, titulação e outras ações do PNRA	Hildebrando Veras de Menezes Sobrinho Marcio Rodrigo Alecio Jerônimo Diego Stahlhofer	Francisco Laerte Soares da Silva Alex Salvany Felinto Pedro Cláudio do Nascimento Neto	01/11/21	21/10/26
		Regularização de ocupantes, incluindo coleta e recepção de documentos, escaneamento e instrução processual, entre outros			01/11/21	21/10/26
		Regularização de Beneficiários em PA, incluindo coleta e recepção de documentos, escaneamento e instrução processual, entre outros			01/11/21	21/10/26

		Titulação em Projetos de Assentamento, incluindo a coleta de documentos, entre outros.			01/11/21	21/10/26
		Entrega de documentos, entre outras ações.			01/11/21	21/10/26
		Apoio à realização de georreferenciamento em PA, incluindo o acompanhamento de serviços contratados pelo Incra ou pelos beneficiários, execução direta e/ou indireta, entre outros.			01/11/21	21/10/26
4	Outras ações relacionadas à reforma agrária e à governança fundiária	Atividades relacionadas à temática ambiental, tais como encontros, palestras, oficinas, etc.	Luiz Gustavo Perrut Pedrosa Suzirene do Nascimento	Francisco Laerte Soares da Silva Alex Salvany Felinto Pedro Cláudio do Nascimento Neto	01/11/21	21/10/26
		Atualização/elaboração de Planos de Uso para adesão ao PRA.				
		Cadastramento residual no CAR de beneficiários aptos que ainda não o realizaram	Luiz Gustavo Perrut Pedrosa Suzirene do Nascimento	Francisco Laerte Soares da Silva Alex Salvany Felinto	01/11/21	21/10/26
		Ações voltadas à redução do uso do fogo; distribuição de mudas florestais e frutíferas; utilização correta do uso de agrotóxicos; agricultura orgânica; horticultura; e piscicultura.				
		Aplicação de crédito instalação	Moisés Barros de Medeiros	Francisco Laerte Soares da Silva Alex Salvany Felinto	01/11/21	21/10/26

Rio Branco/AC, 22 de outubro de 2021.

PELO INCRA


SERGIO ANTONIO PEREIRA BAYUM

Superintendente Regional


HILDEBRANDO VERAS DE MENESES SOBRINHO

Chefe da SR(14)AC-D


ELSON CHAVES VIEIRA

Chefe da SR(14)AC-F


MÁRCIO RODRIGO ALECIO

PEDRO GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR


Coordenadores do Programa Titula Brasil

MOISÉS BARROS DE MEDEIROS

Chefe do Serviço de Infraestrutura

PELA PREFEITURA DE RIO BRANCO


SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES
Prefeito Municipal


FRANCISCO LAERTE SOARES DA SILVA
Coordenador do NMRF

PEDRO CLÁUDIO DO NASCIMENTO NETO

Coordenador substituto do NMRF

Testemunha 1 _____ Testemunha 2 _____

Nome: _____ CPF: _____ Nome: _____ CPF: _____